



FÓRUM FLORESTAL  
DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA

## **39ª Reunião Ordinária do Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia**

### **Memória de Reunião**

**17 e 18 de abril, Teixeira de Freitas, Jacarandá Palace Hotel**

Lista de presença

<b>Nomes</b>	<b>Instituição</b>
1- Paulo Dimas Rocha Menezes	1- Secretaria Executiva
2- Marcia Marcial	
3- Sérgio Andrade	2- Instituto Cidade
4- Dr. Fábio Fernandes Corrêa	3- Coord. Promotoria de Justiça Ambiental / T. Freitas
5- Natália Coelho Barbosa	4- Ministério Meio Ambiente / SFB
6- Almir Requião	5- Manguezal Meu Quintal – Ilha de Itaparica
7- Elienai Lima de Jesus	
8- Jeanne Ferreira Dantas	6- Associação de Mulheres Artesãs de Ponto Central
9- Lourdes Maria da Silva	
10- Marcio Roberto Couto	
11- Glauco Lima da Silveira	7- Suzano
12- Carlos Benício da Silva	
13- Marcio Caliarí	
14- José Francisco Júnior	8- Grupo Ambiental Natureza Bela
15- Erik Tedesco	
16- Lucélia Berbert	9- Instituto BioAtlântica / IBio
17- Dilson Sena	
18- Samuel Branco	10- Fundação Jupará
19- José Dilson da Silva Dias	11- Cooperativa dos Reflorestadores de M. Atlântica/Coopplantar
20- Romildo Afonso da Silva	12- Associação Beneficente de Nova Caraíva / ASCBENC
21- Maria Graças R. Depolo Bacelar	13- Associação dos Moradores de Costa Dourada
22- Célio R. C. Costa	

23- Fernando S. Camargo	14- Território Identidade Extremo Sul da Bahia
24- Rubens L. R. Farias	
25- Adão Miranda da Silva	15- Sindicato Trab. Agricultura Familiar / Sintraf
26- Ricardo Montagna	16- Associação Cultural Arte e Ecologia / ASCAE
27- Renato Carneiro	17- Veracel
28- Virginia Camargos	
29- Juliano Ferreira Dias	18- Fibria
30- Lausanne S. Almeida	
31- Roberto Mediato	
32- Jorge Moro	
33- Elisângela Silva Oliveira	19- Projeto Raízes
34- Oscar Artaza	
35- Celene Brito	20- Grin-9
36- Ivan Mauro Calvo	21- Assoc. Produtores Eucalipto Extremo Sul Bahia / ASPEX
37- Benedito Galvão Júnior	22- Associação de Artesãos de Itaúnas
38- André Gustavo Nave	23- LERF/Bioflora
39- Moisés de Souza Marcelino	
40- Waldir Paixão Graciano	24- Assoc. Moradores Oliveira Costa
41- Acyr Fernandes	25- Formas da Natureza - Itaúnas

#### **Dia 17/04**

Pela manhã aconteceram os encontros setoriais, nos quais as organizações da sociedade civil organizada e representantes das empresas florestais se reuniram separadamente para posicionamentos sobre os assuntos da pauta.

#### **Tarde**

O secretário executivo iniciou os trabalhos colocando a pauta em discussão para eventuais modificações. Após as modificações sugeridas e aprovadas pela plenária, foi iniciada a reunião de acordo com a seguinte pauta:

13:45. Apresentação do Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia.

14:00hs. *Programa Arboretum de Conservação e Restauração da Diversidade Florestal*  
Apresentação: Ministério Público / NUMA Costa das Baleias

14:30hs. Esclarecimentos e debate

16:30hs. Intervalo – café

17:00hs. Corredor Monte Pascoal Pau Brasil: restauração florestal e geração de renda.  
Apresentação: IBio (carbono/PCE), Natureza Bela(BNDES), CoopPlantar (geração de trabalho e renda, impactos na comunidade)

17:30hs. Esclarecimentos e debate

18:10hs. Programa Mata Atlântica – resultados em restauração de florestas nativas  
Apresentação: Veracel

18:30hs. Esclarecimentos e debate

19:00hs. Informes: Certificação FSC para pequenas florestas plantadas / fomento florestal (Suzano); Intervenção

19:30: Encerramento do primeiro dia.

18 de abril

Manhã

8:30hs. Informes: Monitoramento da cobertura florestal (IBio / Veracel); Território de Identidade do Extremo Sul – possibilidades de integração.

8:45. GT Integração: resultados da primeira reunião

Apresentação: Secretaria Executiva

9:30hs. Debate: acordos e integração de projetos — avanços possíveis

- Cadeia de restauração florestal: planejamento / plano de negócio / certificação
- Geração de renda + autonomia: reedição da experiência cooperativista para o TAC (vontade das comunidades, contratação local, descentralização, qualificação)
- Contratação da Cooplantar para programa Mata Atlântica (Veracel)
- Projeto regional de carbono florestal para fomentados — restauração + REDD (GT)
- Manejo para manutenção da conectividade norte-sul (Veracel)
- Ampliação e continuidade do monitoramento da cobertura florestal (Veracel ok; Suzano e Fibria: consulta e resposta no GT)

12:00hs. Palavra aberta

12:30hs. Encerramento

Os trabalhos se iniciaram com o convite ao representante do Território de Identidade do Extremo Sul para apresentar este programa, bem como a recente divisão do antigo território do Extremo Sul da Bahia em dois novos Territórios de Identidade: Extremo Sul, com 13 municípios (Teixeira de Freitas, Nova Viçosa, Mucuri, Medeiros Neto, Itamaraju, Vereda, Itanhém, Jucuruçu, Prado, Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã e Lajedão) e Costa do Descobrimento, com 9 municípios (Porto Seguro, Eunápolis, Santa Cruz Cabralia, Belmonte, Itabela, Guaratinga, Itapebi, Canavieiras e Itagimirim). O mesmo representante esclareceu ainda que o principal objetivo é a democratização das políticas públicas, com a descentralização das decisões e a regionalização das ações.

Em seguida, o representante da Promotoria de Justiça Ambiental Regional de Teixeira de Freitas e do Núcleo Mata Atlântica – Regional Costa das Baleias (NUMA) apresentou o

*Programa Arboretum de Conservação e Restauração da Diversidade Florestal*, objeto do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Ministério Público do Estado da Bahia e as empresas Fibria e Suzano. O promotor explicou que o TAC foi elaborado com base no Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, com objetivo de conservação da biodiversidade através da restauração e valorização do bioma Mata Atlântica. Enfatizando que o Programa Arboretum é um dos maiores programas de restauração florestal do Brasil, esclareceu que as empresas cooperarão para a restauração florestal em áreas de preservação permanente (APP) e reservas legais (RL) dos imóveis de produtores florestais fomentados pelas empresas de celulose. O TAC prevê 4 ações:

- implantação de estrutura física que incluirá núcleos de produção de mudas, capacitação das comunidades envolvidas e educação ambiental.
- georeferenciamento das propriedades, com identificação de remanescentes de Mata Atlântica, áreas de preservação permanente, reserva legal e plantios de eucalipto;
- elaboração de Planos de Revegetação, Recuperação ou Enriquecimento Vegetal (PREV);
- aquisição de mudas nativas para cessão gratuita aos proprietários contemplados.

O promotor informou que, a partir da assinatura do acordo, a Suzano e a Fibria somente poderão celebrar novos contratos de suprimento de madeira com produtores florestais cujos imóveis estejam em conformidade com o atendimento dos requisitos legais de RL, APP, licenciamento ambiental e do registro de atividade florestal, bem como o respeito às áreas remanescentes de Mata Atlântica; salientou que o TAC está focado também na questão dos fomentados sem licença ambiental e com APPs degradadas e que, nestes casos, as empresas estão adquirindo madeira de área ambientalmente irregular; mencionou que existe um potencial de 20.000 hectares para revegetação e que, por outro lado, existe um enorme déficit de espécies nativas na região, e que o georeferenciamento previsto no acordo servirá ainda para levantamentos de fauna e flora locais. Segundo o representante, a Promotoria poderia simplesmente utilizar o instrumento legal da indenização, mas optou pela política do “ganha ganha”, com benefícios para os produtores que serão contemplados com o mapeamento das suas áreas e regularização das RLs, requisito fundamental para a certificação FSC; afirmou que também será beneficiada a comunidade, que será capacitada para trabalhar com o plantio e fornecimento de mudas, abrindo-se uma frente de geração de emprego e renda. O promotor abordou também o Projeto Jacarandá, que contempla o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, fazendo questão de lembrar que a restauração das áreas só ocorrerá se o produtor florestal manifestar a sua concordância por meio de termo de adesão. Além disso, a partir da assinatura do acordo, a Suzano e a Fibria somente poderão celebrar novos contratos de suprimento de madeira com produtores florestais cujos imóveis estejam em conformidade com o atendimento dos requisitos legais de RL, APP, licenciamento ambiental e registro de atividade florestal, bem como o respeito às áreas remanescentes de Mata Atlântica. Foi informado ainda que a gerência financeira e administrativa do Programa Arboretum está a cargo da Fundação José Silveira, respaldada por seu conselho gestor.

Abrindo os debates, o representante do Instituto Cidade afirmou que a análise técnica contida no TAC é importantíssima e que é preciso articular os recursos existentes disponíveis - no caso, os viveiros já instalados em Itabela para atendimento do Programa Corredor Ecológico Monte Pascoal/Pau Brasil.

O representante do Raízes argumentou que o Programa Arboretum tem muito a ver com o Fórum Florestal e que o aspecto mais delicado na restauração é a falta de compatibilidade das sementes e que é importante o trabalho de seleção das matrizes; ressaltou que a grande dificuldade talvez seja conseguir matrizes de qualidade para atender um projeto do porte do Programa Arboretum.

Por sua vez, a representante do Serviço Florestal Brasileiro pontuou que existem na região fragmentos importantes que podem ser trabalhados com as comunidades mais próximas e que o primeiro aspecto a ser observado é o social, levando-se em conta se o fragmento está perto de comunidades que podem se transformar em núcleos de coleta de sementes; disse ainda que o programa vai trabalhar comunidades-chave e que a partir de maio será feito o diagnóstico destas comunidades, tendo como foco atender 16 núcleos de coleta. Segundo ela, no primeiro momento, serão capacitados e profissionalizados 40 coletores de sementes, que não serão, no entanto, produtores de mudas, ressaltando que existe um grande mercado consumidor de sementes na região.

Em seguida, o representante do Raízes destacou que existem cerca de 2 mil espécies arbóreas na região e que nos viveiros são encontradas de 300 a 400 espécies. Para ele, essa limitação de matrizes provoca um gargalo e por isso é preciso saber o que plantar.

O representante da Veracel, ao afirmar que o TAC é extremamente importante, sendo a restauração florestal e adequação de propriedades rurais assuntos discutidos desde o início do Fórum Florestal, lançou alguns pontos para reflexão. O primeiro retrata o possível desequilíbrio entre demanda e oferta de mudas de espécies nativas, uma vez que existem diversas iniciativas projetadas em escala ampliada. Dada a atual dificuldade de produção de mudas em quantidade compatível com as necessidades futuras, fica a preocupação de que a ampliação muito rápida da demanda pode levar a uma situação contrária ao que se pretende: a extração inadequada de sementes. Outro aspecto é que o mercado deve ser formado devagar, de um ano para outro. Por último, o representante assinalou que, com um programa destes estruturado, é possível também abordar adequadamente a problemática questão da pecuária.

O representante da Bioflora abordou sua preocupação com relação a criar a ilusão, para os futuros profissionais capacitados, de que existe um mercado forte para as mudas, incluindo aqui os atuais viveiristas.

Já o representante da Fibria argumentou que a forma como o Ministério Público conduziu o TAC merece parabéns e que, quanto à questão técnica, o acordo tem total aderência aos valores da empresa. Ele disse que, neste caso, existiu um sentimento de colaboração, ao contrário de outros TACs assinados pela empresa. Discorreu ainda sobre a importância do Fórum Florestal, que desde 2005 dissemina a preocupação com as áreas dos fomentados e afirmou que o percentual de adequação legal dos fomentados da empresa é muito superior à média das propriedades rurais do Brasil; lembrou o processo de Monitoramento do Acordo sobre Fomento Florestal, assinado pela empresa em 2007, cuja revisão foi feita em 2010 e 2011, no qual as inadequações identificadas estariam agora sanadas; destacou ainda que o Fórum Florestal atuou de forma incisiva na adequação das propriedades dos fomentados, demonstrando o valor das horas gastas neste colegiado. Por último, enfatizou a importância do Fórum Florestal para a construção do Programa Arboretum, que seria talvez o maior TAC firmado na Bahia e no Brasil, uma vez que não conhecia nenhuma iniciativa semelhante da mesma magnitude.

O representante da Aspex abordou a margem de lucros de quem faz o fomento e a série de responsabilidades assumidas pelo mesmo, questionando ainda a responsabilidade sobre os plantios após 7 anos de implantação; informou também que está sendo cogitada por alguns produtores a possibilidade de cultivar abacaxi entre as linhas de eucalipto.

O representante do NUMA observou que o Programa Arboretum promoveu uma inversão significativa ao desonerar parcialmente o proprietário nos processos de restauração florestal, uma vez que o mesmo deixará de gastar com a elaboração do PREV e mapeamento da área, o

que serve como incentivo para restauração da mesma; disse também que não adianta doar mudas se não houver manutenção, o que tornaria a doação inócua; comentou que o plantio de espécies frutíferas podem ser uma boa opção para as RLs e APPs e que um dos objetivos do projeto é pesquisar quais espécies podem ser plantadas para atender simultaneamente à legislação e ao produtor.

O representante do Bioflora exemplificou o eventual aproveitamento econômico com a espécie guanandi, afirmando que seu plantio favoreceria a retenção de água no solo, sugerindo, ainda, que a espécie seja estudada para entender sua interação com os corpos d'água., no que obteve a concordância da representante do Serviço Florestal Brasileiro.

O representante de Oliveira Costa observou que é preciso resgatar os danos ambientais, mas que os impactos sociais não poderiam ser esquecidos. Em resposta, o representante do NUMA ponderou que a questão social não foi objeto principal do TAC, mas que ele trata aspectos que podem gerar renda, como a coleta de sementes e a produção de mudas, observando ainda que toda vez que participa de uma discussão sobre a silvicultura a questão social vem à tona, que existem instrumentos legais para aferição das questões sociais e que o Ministério Público se coloca à disposição para debater a questão social.

O secretário executivo lembrou que o custo de implantação e manutenção de florestas nativas é muito alto, maior que o de qualquer cultura comercial da região. Desta forma, mesmo que o produtor ganhe mudas, georeferenciamento e projeto, o processo mantém o risco de ser perdido se não se pensar nos recursos para todo o ciclo da restauração; lembrou que todos os proprietários que assinaram o TAC estão, a princípio, passam a ser impedidos de adquirir créditos de carbono para restauração florestal, o que só poderia acontecer na ausência de efetivo constrangimento legal; sugeriu, no entanto, a possibilidade de inserir a lógica da venda de créditos de carbono, após aferição dos resultados do programa daqui a 1 ou 2 anos; disse ainda que é preciso um investimento extra, além do TAC, para capacitar organizações e agentes das comunidades da região em processos de restauração florestal.

O representante do Raízes citou o projeto Formas da Natureza que visa complementar iniciativas de restauração, abordando a diferença entre área a preservar e área a restaurar. Quanto ao plantio de nativas para utilização em artesanato, afirmou que a maioria delas não atende ao fabricante que utiliza toras grandes, o que poderia ser atendido com o manejo da acácia, uma espécie invasora presente em vários fragmentos florestais da região. Lembrou que as melhores matrizes estão hoje sendo derrubadas nas florestas nativas e questionou de que forma se poderia acelerar a utilização das espécies exóticas invasoras para atender a demanda por esse tipo de peças, questionando qual a melhor forma de autorizar as empresas Fibria, Suzano e Veracel a implantarem um programa de manejo de madeiras exóticas direcionado aos artesãos.

Sobre a questão social, o representante da Coopplantar citou o exemplo da comunidade indígena Pataxó de Boca da Mata, Meio da Mata e Caciana, que estão trabalhando na restauração de florestas nativas no Parque Nacional de Monte Pascoal. Segundo ele, a maioria destes trabalhadores desejam deixar de extrair madeira da mata, mas para isso precisam de outra fonte de subsistência. Recomendou a utilização das comunidades indígenas também para coleta das sementes.